

“CONECTANDO EDUCADORES E ALUNOS”: O AVANÇO DAS BIG TECHS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

NATIELE GONÇALVES MESQUITA¹; LISIANE SIAS MANKE²

¹ Universidade Federal de Pelotas – natiele.mesquita@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas – lisanemanke@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo apresentar parte do levantamento de dados que integra a pesquisa exploratória e a revisão bibliográfica do projeto de tese de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, em andamento desde 2023. O objetivo da tese é identificar a influência das mídias digitais na formação da consciência histórica de estudantes da Educação Básica em duas escolas públicas urbanas da cidade de Pelotas/RS.

Nesta comunicação, será apresentado um panorama da atuação das Big Techs na educação pública brasileira, considerando as empresas Google e Microsoft. Será abordado o cenário da atuação de ambas empresas no ensino superior, a partir dos dados do Observatório Educação Vigiada; a adesão da rede estadual do Rio Grande do Sul aos produtos Google for Education, durante e após a situação de emergência imposta pela pandemia de COVID-19, a partir de relatórios do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e publicações do governo do estado do Rio Grande do Sul; e a implementação da plataforma Khan Academy no município de Pelotas, a partir dos estudos de Vinícius Marques (2022).

O trabalho em desenvolvimento integra o campo de pesquisa da Didática da História, que se pauta na teoria da História como fundamento para pensar o ensino de História (CARDOSO, 2019, p. 82), assumindo a “didática como a ciência da aprendizagem histórica” (SCHMIDT, 2020). Nessa esteira, se articula as perspectivas da História do Tempo Presente (PADRÓS, 2004), atualismo (PEREIRA; ARAÚJO, 2016), e cultura histórica (RÜSEN, 2015) (SCHMIDT, 2011, 2014, 2020), com a ênfase de desenvolver o papel da História na orientação da vida prática.

Nesta apresentação, serão apontadas as aproximações da Fundação Lemann com as adesões a serviços Google e Microsoft, configurando um contexto mais amplo de mercantilização e financeirização da educação. O aporte teórico desta reflexão irá colocar em diálogo a ideia de “colonização mercantil da escola”, de Christian Laval (2004), o colonialismo de dados, a partir de Sérgio Amadeu da Silveira (2021) e colonialismo digital, em Deivison Faustino e Walter Lippold (2023). Pretende-se com esta discussão apontar as ameaças à soberania nacional, ao direito à educação e a autonomia escolar; e a urgência em desenvolver pedagogias insurgentes, pensando a ética hacker e a interculturalidade.

2. METODOLOGIA

O projeto de pesquisa está sendo desenvolvido a partir da perspectiva da Pesquisa-Ação, de David Tripp (2005), que conta com as etapas: (1) planejamento e reconhecimento; (2) intervenção pedagógica; (3) análise das inferências. Nesta comunicação, a abordagem está focada na etapa (1), no qual foi realizado o levantamento situacional da ocorrência das big techs na educação pública.

Este levantamento contou com revisão bibliográfica e investigação de fontes digitais. Na revisão bibliográfica, os trabalhos de Elora Fernandes (2024), Danillo Alves (2019) e Vinícius Marques (2022) foram utilizados para inferir sobre, respectivamente: as legislações dos países da União Europeia e brasileira no que confere a questão de políticas de segurança de dados e privacidade no uso dos serviços Google for Education; os projetos políticos e econômicos da Fundação Lemann na educação pública brasileira e; a implementação da plataforma Khan Academy no município de Pelotas.

Para a investigação de fontes digitais, foi possível identificar, a partir dos dados de 2024 do Observatório Educação Vigiada, a atuação predominante da big tech Google na educação superior pública, tanto no Brasil quanto em universidades do continente africano e da América Latina. E na esfera estadual, os dados foram levantados a partir dos relatórios “Pesquisa: Resposta Educacional à Pandemia de COVID-19” nacional e estadual, além de notícias divulgadas no endereço eletrônico da Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul.

A discussão a respeito do avanço das big techs na educação é alicerçada no entendimento de que no atual desenvolvimento das forças capitalistas, as dinâmicas de poder e exploração da colonialidade estão submetidas às tecnologias da informação (FAUSTINO; LIPPOLD, 2023, p. 26). Enquanto o colonialismo de dados se refere às questões relativas aos dados e privacidade, o colonialismo digital engloba infraestrutura, tecnologia e cultura, ambos compondo uma relação mercadológica perpetuadora de desigualdades sociais em escala global.

No campo da educação, a relação de subalternidade tem sido disfarçada com os discursos de progresso e de soluções para os dilemas da educação via tecnologia. Dessa forma, os princípios do direito à educação vão sendo dissociados, dando lugar às discussões sobre a forma em que o ensino deveria acontecer, preferencialmente com uso de tecnologias, sob a retórica do alcance de metas a partir de um modelo empresarial neoliberal de educação.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A investigação apontou para o seguinte cenário: nas universidades, a adesão ao Google quanto aos domínios de servidores utilizados nas instituições de ensino contabiliza 74% e Microsoft, 9%, ficando apenas 17% das universidades brasileiras hospedando parte do seu desenvolvimento intelectual e tecnológico em outros servidores (CRUZ, et al, 2024, p. 14). A submissão das universidades brasileiras a tais big techs é ainda superior comparada às demais universidades da América Latina e África. A UFPEL é uma das 26 universidades brasileiras que resistiram ao monopólio Google e Microsoft entre o montante de 154 instituições (CRUZ, et al; 2024, p. 77).

Na rede estadual pública do Rio Grande do Sul, a adesão aos serviços serviços “G Suite for Education” chegou a 95,7% (CONSED, p. 13), além da aquisição de 50 mil Chromebooks em 2020, 90 mil em 2022 e mais 40 mil em 2025. Os Chromebooks são, segundo a Google, “um novo tipo de computador” que executa um sistema operacional chamado ChromeOS, com armazenamento em nuvem, criado pela Google. No processo licitatório de 2020 do governo estadual, a solicitação não deu margem para outros sistemas operacionais entrarem na disputa.

No município de Pelotas o ingresso de big tech está ligada à Microsoft, com a adesão da prefeitura à plataforma Khan Academy. A plataforma em questão é

ligada à Bill & Melinda Gates Foundation, entidade filantrópica criada pelo criador da Microsoft, sendo esta uma plataforma mantida pelo viés da chamada filantropia estratégica (COLL, 2020, p. 59) De acordo com a dissertação de Vinicius Marques, que entrevistou servidoras públicas que trabalharam no processo de implementação desta, palavras como “contrato” e “contrapartida” geraram desconforto (MARQUES, 2022, p. 62), visto que as entrevistadas reforçam que não houve pagamento por parte da prefeitura. O autor buscou o “termo de parceria”, mas não o encontrou. Marques constatou que houve contrapartida pública, visto que “a Prefeitura apenas forneceu laboratório de informática para o uso da plataforma Khan Academy e não para o uso livre de tecnologias digitais pela escola, ou seja, uma venda casada” (MARQUES, 2022, p. 67).

4. CONCLUSÕES

Percebe-se que as formas que a colonialidade tem operado sobre a educação pública em diversas esferas, enquanto a subjetividade neoliberal avança, havendo a necessidade de políticas públicas para a educação pensadas profissionais da educação básica e estudantes. Além disso, a privacidade e coleta de dados tem sido massificada e as adesões mencionadas, são realizadas de forma nebulosa, sem preocupações com a segurança de dados, principalmente devido a um discurso de incapacidade tecnológica e desconhecimento.

Ambas empresas mencionadas neste trabalho, possuem seus modelos de negócios baseados em extrativismo de dados e publicidade, logo, seus objetivos estão longe de pensar a educação como emancipatória. O trabalho apresenta a urgência no desenvolvimento de políticas públicas para educação, contemplando a segurança e privacidade de crianças, adolescentes e profissionais da educação, além do desenvolvimento tecnológico independente. A produção científica de estudantes e profissionais da educação são estratégicas para a soberania nacional e devem ser tratadas como tal.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, D. **Da economia política à educação:** análise do projeto da Fundação Lemann. Orientador: André Silva Martins. 2019. 248 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

CARDOSO, O. Para uma definição de Didática da História. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 28, nº 55, p. 153-170, 2008.

COLL, L. **Um governo dentro do governo:** a articulação político-empresarial da organização da sociedade civil Comunitas e o caso da parceria com o município de Pelotas (RS). Orientadora: Rosangela Marione Schulz. 2020. 157 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas.

CONSED. **Pesquisa “Resposta Educacional à Pandemia de COVID-19 no Brasil”:** Rio Grande do Sul, BRASIL. Disponível em: <https://www.consed.org.br/storage/downloads/FN0QfwzQ8IKCQyeMtjku93cCQB0jPkfTh2hs309z.pdf>. Acesso em: 19 maio 2025. 42 p.

CRUZ, L. R. et al. **Mapeamento da plataformização da educação pública superior na África e na América Latina.** Observatório Educação Vigiada. Universidade Federal do Pará. 2024.

FAUSTINO, D.; LIPPOLD, W. **Colonialismo digital:** por uma crítica hacker-fanoniana. São Paulo: Boitempo, 2023. 207 p.

FERNANDES, E. **Navigating the digital classroom:** Analyzing risks to children's data protection in educational technology. Orientadores: Carlos Affonso Pereira de Souza. e Peggy Valcke. 2024. 348 f. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro e University of Leuven, Rio de Janeiro.

LAVAL, C. **A Escola não é uma empresa:** o neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Tradução: Mana Luiza Carvalho e Silva. Londrina: Editora Planta, 2004. 324p. *E-book*.

MARQUES, V. **O uso da Plataforma Khan Academy em escolas da rede municipal de educação pública de Pelotas:** um estudo de caso. Orientadora: Daniela Stevanin Hoffmann. 2022. 95 f. Dissertação (Mestrado em) — Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática, Instituto de Física e Matemática, Universidade Federal de Pelotas.

PADRÓS, E. Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do Tempo Presente. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.199-223, jan./dez. 2004.

PEREIRA, M.; ARAÚJO, V. Reconfigurações do tempo histórico: Presentismo, atualismo e solidão na modernidade digital. **Revista da UFMG**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1 e 2, p. 270-297, jan.-dez. 2016.

RÜSEN, J. Propedêutica da ciência no ensino da história. **Revista de Educação Histórica - REDUH - LAPEDUH**, Curitiba, n. 9, p. 16-19, maio/ago., 2015.

SCHMIDT, M. A. Hipóteses ontogenéticas relativas à consciência moral: possibilidades em consciência histórica de jovens brasileiros. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 42, p. 107-125, out./dez. 2011. Editora UFPR.

_____. Cultura histórica e aprendizagem histórica. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 6, n. 10, p. 31-50, jan./jun. 2014.

_____. **Didática reconstrutivista da história.** Curitiba : CRV, 2020. 174p. *E-book*.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.